



Polifonia: negação e resistência no texto escrito

Adriana Aparecida Vaz da Costa

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Linguagem, Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571, 13083-859, Campinas.
E-mail: drica_vaz@yahoo.com.br

RESUMO. O presente trabalho tem por objetivo fazer um estudo sobre a polifonia em enunciados negativos selecionados de textos produzidos por estudantes indígenas no contexto do IV Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UEM, 2005). Entendida como um dos mecanismos de apreensão e explicitação da polifonia, a negação polêmica constituirá o eixo central de nossa análise. Nos enunciados analisados, observamos que: a) a polifonia pode se apresentar como estratégia do locutor para negar determinados pressupostos por meio da voz de outro locutor e eximindo-se, assim, da responsabilidade da negação; b) a negação pode se apresentar como um modo de resistência do locutor indígena a determinados saberes que circulam na sociedade brasileira negando-se uma perspectiva presente no enunciado afirmativo.

Palavras-chave: indígena, enunciado, negação, polifonia, políticas de inclusão.

Polyphony: denial and resistance in the written text

ABSTRACT. Polyphony in negative statements from texts written by Amerindian students during the 4th University Entry Examination for Indian Populations in the state of Paraná (UEM, 2005) is analyzed. Acknowledged as one of the mechanism for the understanding and expressing polyphony, the polemic denial is the central theme of current analysis: a) polyphony may be a speaker's strategy to deny certain presuppositions through the voice of another speaker with the subsequent dismissal of responsibility; b) denial may be a type of resistance of the Indian speaker to certain information in Brazilian society with a denial of current perspective in the positive statement.

Keywords: brazilian indian, statement, denial, polyphony, inclusion policy.

Introdução

Na atual conjuntura social, a questão da inclusão dos denominados excluídos tem sido debatida em muitos segmentos, principalmente nas instituições de ensino. A temática circunscreve-se nas discussões sobre ações afirmativas, que se caracterizam

[...] como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2001, p. 90).

A igualdade passa a ser um objetivo constitucional que deve ser alcançado pelo Estado, deixando de ser apenas um princípio jurídico.

No Brasil, as discussões sobre ações afirmativas surgem na década de 1980,

[...] a partir do desencadeamento do processo de abertura política e redemocratização da sociedade brasileira suscitando várias reivindicações políticas de diversos setores da sociedade civil organizada sobre seus espaços e direitos (RODRIGUES; WAWZYNIAK, 2007, p. 6).

Diferentes grupos reivindicavam direitos, tais como: movimentos sociais dos negros, das mulheres, dos homossexuais e dos indígenas. Mas, a partir da década de 1990, as discussões sobre políticas de ações afirmativas tornaram-se mais fortes, porém, desta vez, as discussões partem de iniciativas do Estado com a participação de alguns grupos.

Dessas discussões, criaram-se algumas políticas de inclusão visando à efetiva inclusão dos grupos minoritários, principalmente no setor educacional. Dentre essas políticas, algumas se deram a partir do governo Federal, como a criação de sistemas de cotas para negros; outras se deram a partir de políticas Estaduais, como a criação de vagas suplementares para indígenas no Paraná.

Estas políticas de criação de sistemas de cotas e/ou vagas suplementares nas Instituições de Ensino Superior do Brasil geraram uma polêmica que movimentou toda a sociedade, dividindo os posicionamentos. As posições favoráveis se pautam no estatuto da igualdade de direitos, isto é, numa sociedade de direito, todos os cidadãos têm direito a ter acesso ao Ensino Superior. As posições desfavoráveis discordam porque ao separar, pelo

modo de entrada/vestibular, se produz uma segregação/exclusão no interior da instituição, uma vez que os saberes dos povos excluídos são apagados e significados como ‘não saberes’. Há, portanto, uma forma de controle e homogeneização da diversidade.

Dentro desse quadro, a proposta deste artigo é apresentar um estudo sobre a polifonia em enunciados negativos selecionados dos textos escritos que foram produzidos por estudantes indígenas no contexto do IV Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UEM, 2005). Com o objetivo de compreender como diferentes vozes atuam nestes enunciados, tomamos como categoria de análise a negação polêmica, estudada por Ducrot e entendida como um dos mecanismos de explicitação e apreensão da polifonia.

Sobre a polifonia e a negação

O termo polifonia

[...] é (...) emprestado da música, que alude ao fato de que os textos veiculam na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, apud MARTINS, 2006, p. 3).

A polifonia, analisada primeiramente por Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1981), mostra que todo texto faz emergir a alteridade, isto é, que várias e/ou diferentes vozes podem ser percebidas no texto. Bakhtin (1981) usa o termo polifonia para caracterizar o romance de Dostoiévski, isto é, o modo como as diversas vozes se relacionam no texto literário do autor. Para Romualdo (2000, p. 54), o romance de Dostoiévski é polifônico porque “[...] a multiplicidade de vozes e consciências [...] mantêm umas com as outras uma relação de igualdade no discurso”.

Embora Bakhtin tenha aplicado o conceito de polifonia somente para caracterizar o romance de Dostoiévski, o termo foi e é utilizado em diversos estudos linguísticos e literários, mas com novas formas, outros contornos e, às vezes, deslocando-se da noção de polifonia pensada por Bakhtin. Dentre esses estudos, daremos ênfase ao desenvolvido por Ducrot, uma vez que seu trabalho sobre a polifonia subsidiará teoricamente nossa análise, por esta se situar no campo dos estudos linguísticos.

Na obra *O dizer e o dito* (1987), Ducrot apresenta um capítulo intitulado ‘Esboço de uma teoria polifônica da enunciação’, a partir do qual desenvolve a sua Teoria Polifônica. Para tanto, mobiliza o conceito de polifonia de Bakhtin operando-o em nível linguístico, deslocando-o para a perspectiva da Semântica da Enunciação. Com esta

investigação, ele pretendeu contestar a tese da unicidade do sujeito falante, isto é, de que cada enunciado faz ouvir somente uma voz. Ducrot (1987, p. 161) ressalta que a Teoria Polifônica de Bakhtin, diferentemente da dele, “[...] não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz”. E é justamente neste ponto que o autor mostra a pertinência de sua teoria, ou seja, seleciona enunciados isolados a partir do quais demonstra que em um mesmo enunciado é possível perceber mais de uma voz atuando.

Para fazer operar sua teoria, Ducrot (1987) revê alguns conceitos teóricos: distingue frase de enunciado e significação de sentido, ressaltando que a frase está para a significação e o enunciado está para o sentido. Faz também uma distinção entre três duplas de categorias: falante/ouvinte, locutor/ alocutário e enunciator/destinatário. Vejamos a seguir como ele as define.

1. A categoria falante/ouvinte corresponde aos agentes psico-físico-fisiológicos da ação de falar e ouvir, não são categorias linguísticas. O falante enquanto pessoa no mundo é exterior ao sentido explicitado no/pelo enunciado, ele é “[...] uma representação externa da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188).

2. O locutor representa-se como o responsável pela enunciação em que determinado enunciado aparece. É uma categoria linguística e se constitui internamente ao discurso representando-se pelo paradigma do ‘eu’ no enunciado. Ducrot (1987, p. 182), por definição, entende que como locutor “[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como o seu responsável, ou seja, como alguém a quem deve imputar a responsabilidade deste enunciado”. O alocutário é o correlato do locutor em uma enunciação, representando-se pelo paradigma do ‘tu’ no enunciado. Segundo Guimarães (1987), o locutor pode ser representado por dois papéis (L e Lp), isto é, o locutor-L é o locutor que se representa como a fonte do dizer e o locutor-Lp é o locutor enquanto-pessoa-no-mundo.

3. Para definir o que seria o enunciator, Ducrot (1987) escreve que os enunciadores são seres que se expressam por meio da enunciação, sem que lhe sejam, necessariamente, atribuídas as palavras no sentido material do termo, falam como um ponto de vista, uma perspectiva. O enunciator é, portanto, aquele pelo qual se estabelece uma perspectiva da enunciação, ou seja, é aquele que vê a partir de um lugar. “O destinatário é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciator” (GUIMARÃES, 1987, p. 21).

A partir das distinções apresentadas acima, Ducrot (1987) aponta para a possibilidade de existir dois modelos de polifonia: a de locutores e a de enunciadores. A polifonia de locutores ocorre quando aparecer, em uma mesma enunciação, atribuída a um locutor, outra enunciação atribuída a outro locutor. O enunciado apresentará marcas linguísticas que indiquem a presença de mais de um locutor. A polifonia de enunciadores ocorre quando a enunciação apresentar mais de um enunciador no enunciado, isto é, mais de uma perspectiva enunciativa. De modo que haverá pelo menos uma posição distinta da posição do locutor. A este respeito, Romualdo escreve

[...] o locutor é o responsável pelo enunciado, e o enunciador é o perspectivador dos fatos. O locutor dá existência a enunciadores de quem ele organiza as atitudes, sendo possível a ocorrência de pontos de vista diferentes, perspectivas diferentes dentro de um mesmo enunciado (ROMUALDO, 2000, p. 64).

Ducrot (1987) buscou identificar a polifonia em nível de enunciado por meio do reconhecimento de marcadores linguísticos que indicassem vozes atuando. Segundo Romualdo (2000), marcas de negação, o futuro do pretérito, a pressuposição e a ironia podem identificar a polifonia. Desses marcadores, selecionamos o marcador linguístico de negação ‘não’, a partir do qual apreenderemos a presença da polifonia e o funcionamento da negação nos textos produzidos pelos estudantes indígenas. Antes, porém, discorreremos sobre negação em Ducrot.

No quadro da Teoria Polifônica, Ducrot (1987) apresenta a negação como uma das categorias pelas quais é possível identificar a presença da polifonia em um enunciado. Ele percebeu que, mesmo em nível linguístico, a negação se dava de formas diferentes. Assim distinguiu três tipos: a descritiva, a metalinguística e a polêmica.

Na negação descritiva, o locutor descreve um estado de coisas sobre o mundo sem que sua fala esteja “[...] se opondo a um discurso contrário” (DUCROT, 1987, p. 203), isto é, sem que precise retomar a fala de outro. Vejamos alguns exemplos extraídos de Oliveira (2001):

1) Não há estrelas no céu.

Para Oliveira (2001), neste exemplo, apresenta-se uma descrição negativa de um estado de coisas, não uma retomada da fala de outro para negá-la posteriormente.

A negação metalinguística é aquela “[...] que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (DUCROT, 1987, p. 203). Neste tipo de negação, o locutor retoma o enunciado afirmativo para negá-lo em seguida. Vejamos:

2) O presidente do Brasil não é sociólogo

E1: Há um presidente do Brasil.

E2: Ele é sociólogo.

E3: E2 é falsa.

Segundo Oliveira (2001), no exemplo acima há uma negação do posto em um enunciado afirmativo ‘O presidente do Brasil é sociólogo’, a negação não recobre todo o enunciado, mas parte dele. Numa situação em que um locutor X diz para seu interlocutor que seu carro está mal estacionado. A resposta do interlocutor numa negação metalinguística poderá ser:

Não, meu carro não está mal estacionado (porque está bem estacionado)

E1: Seu carro está mal estacionado

E2: A fala de E1 é falsa.

O locutor do enunciado acima retoma a fala do locutor X, que aparece na voz de um enunciador que afirma estar o carro mal estacionado, para negá-la.

A negação polêmica constitui-se como um ato de refutação, “[...] ela mantém necessariamente uma relação de contradição com o enunciado que refuta” (MAINGUENEAU, 1993, p. 82). Para Ducrot, escreve Maingueneau

[...] a enunciação da maior parte dos enunciados negativos é analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois ‘enunciadores’ diferentes: o primeiro personagem assume o ponto de vista rejeitado e o segundo, a rejeição do ponto de vista (MAINGUENEAU, 1993, p. 80, grifo do autor).

Na negação polêmica, a oposição não se marca entre locutores, mas entre enunciadores. Ou seja, o que se refuta é a perspectiva assumida por um enunciador mobilizado na enunciação de determinado enunciado. Maingueneau (1993, p. 84) ressalta: “[...] o que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que contesta”. Diferentemente da negação metalinguística, o locutor da negação polêmica não retoma o enunciado afirmativo para em seguida negar seus termos, mas constrói um enunciado que nega a perspectiva enunciativa, isto é, o enunciador presente no enunciado afirmativo. Conforme Oliveira (2001), considerando a situação descrita em exemplo anterior, em uma negação polêmica a resposta poderia ser:

Não, meu carro não está mal estacionado (porque eu não tenho carro).

Neste exemplo, há uma negação do quadro criado pelo locutor X cuja fala traz a afirmação de que o carro esteja mal estacionado.

J. Moeschler (apud Maingueneau, 1993) observa o funcionamento da refutação por meio da negação

polêmica e distingue três tipos de refutação: a 'retificação', a 'refutação proposicional' e a 'refutação pressuposicional'. Sobre a tripartição de J. Moeschler, Maingueneau (1993, p. 82) observa que é

[...] ao mesmo tempo pragmática e lógico-semântica, apóia-se sobre o fato essencial que a negação é um marcador que apresenta a propriedade de incidir sobre um elemento delimitado, de possuir um campo.

Maingueneau (1993, p. 83) resume o funcionamento da refutação:

[...] se a refutação incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado, trata-se de uma retificação; se ela diz respeito ao conteúdo posto em seu conjunto, é proposicional; se visa ao pressuposto, é pressuposicional.

O contexto de produção dos enunciados negativos: o vestibular em questão

No Paraná, desde 2001, foram instituídas vagas suplementares nas universidades públicas do Estado para os povos indígenas residentes neste Estado¹, conforme a Lei Estadual nº. 13134/2001, cujo termo do convênio é o nº. 502/2004. A inclusão ocorre anualmente por meio de um processo seletivo específico para estudantes indígenas.

Do nosso ponto de vista, o contexto no qual a produção dos textos ou dos enunciados se dá, intervém no modo como a negação ocorre e sobre os elementos que serão negados. O que significa que, dentro de um contexto específico, a negação não incide sobre qualquer elemento de saber, e o elemento negado está ligado a saberes ou pressupostos que circulem na sociedade.

Conforme dissemos, nas considerações preliminares, o vestibular específico para estudantes indígenas tem sido um dos meios pelos quais se efetivam as práticas de inclusão dos denominados 'povos minoritários' em Instituições de Ensino Superior. Na sua implementação, foi instituído que uma comissão denominada de CUIA (Comissão Universidade para Índios), composta por representantes das Instituições de Ensino Superior público do Paraná, organizaria o vestibular e este seria promovido por uma instituição diferente em cada ano. Desse modo, o IV Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná foi promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2005. O processo de seleção se realiza por meio de provas

objetivas, discursiva (produção de texto escrito que corresponde à denominada Prova de Redação) e oral.

Se pensarmos sobre o próprio formato vestibular, perceberemos que os estudantes indígenas têm regras a seguir que interferem na produção de seus textos, há determinados saberes sobre as disciplinas que precisam conhecer para realizar as provas. Por exemplo, na produção textual, os estudantes produzem seus textos para atingir determinados objetivos – ser aprovado –, portanto, produzem para um interlocutor que é a banca examinadora. Segundo Koch,

quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o 'jogo'), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos 'atuar' sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa (KOCH, 1992, p. 29, grifos do autor).

Dentro desse quadro, o estudante não produzirá seu texto para qualquer interlocutor, pois, dentro de uma circunstância específica, como o vestibular, projetará, em seu texto, um interlocutor específico. O estudante também não poderá escrever sobre qualquer coisa na prova de redação, pois há uma proposta temática da qual não poderá fugir em seu texto. No caso do vestibular que analisamos, a temática da prova de redação abordou a questão do 'conhecimento' que se constituiu na forma de uma pergunta por meio do enunciado a seguir:

'Qual a importância do conhecimento construído na universidade para os povos indígenas hoje?'

O enunciado acima, ao mesmo tempo em que faz uma pergunta ao estudante, traz um pressuposto – o de que o conhecimento construído na universidade é importante para as sociedades indígenas. Não se pergunta se o conhecimento é importante ou não para as sociedades indígenas e sim 'qual a importância' desse conhecimento. No entanto, é relevante analisarmos também que a pergunta, que estaria representando a voz de um locutor-banca examinadora, é produzida em determinadas condições de produção. Este locutor 'prevê' um interlocutor-indígena, que considere a existência de um conhecimento construído na

¹O vestibular indígena era designado de 'Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná' por ser destinado somente aos estudantes residentes no Paraná. Após a adesão da Universidade Federal do Paraná a essa política de inclusão, estudantes indígenas de todo Brasil poderiam participar do vestibular, sendo que os estudantes residentes fora deste estado só poderiam concorrer às vagas reservadas pela Universidade Federal do Paraná. Por isso, a partir de 2005, o vestibular indígena passou a ser designado de 'Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná'.

universidade e que este seja importante para os povos indígenas pelo fato de eles tentarem conquistar uma vaga na universidade, caso contrário, não o fariam.

A partir do que foi exposto, podemos dizer que a importância das condições de produção não se restringe à influência que este pode exercer na produção de enunciados, mas também pode exercer papel relevante na própria interpretação dos mesmos, já que poderá autorizar ou não determinada leitura para os enunciados negativos. O que poderá ocorrer tanto no que se refere ao sentido como ao tipo de negação que explicita.

Polifonia e Negação polêmica: uma proposta de análise

Dentre os textos produzidos no vestibular em questão, selecionamos os textos produzidos pelos estudantes Kaingang, tendo em vista ser o material que vínhamos trabalhando em pesquisa de mestrado. Desses textos, recortamos alguns enunciados para este trabalho, procurando analisar a negação polêmica. Para o desenvolvimento de nossa análise, nomeamos os enunciados selecionados de enunciado 1 e enunciado 2 a partir dos quais faremos nossa análise.

Enunciado 1:

Ainda hoje recordo da minha avó, tão velha e sábia, que chorando olhou para mim e disse nas suas palavras que eu ainda não compreendia, mas eles, os brancos, 'não' iriam ter o que me ensinar, porque a cultura do branco era palavra, que a cultura do branco era mentira.

No enunciado apresentado, a polifonia se marca por meio do discurso relatado (discurso indireto) e da negação. Não analisaremos as duas categorias separadamente, já que elas se entrecruzam configurando-se no que consideramos ser uma estratégia do locutor para isentar-se da responsabilidade da negação que se apresenta no interior do discurso relatado. Temos, portanto, dois locutores L1 e L2.

O locutor L1, responsável por todo o enunciado, traz para a enunciação da qual é responsável outra enunciação, ou seja, outro enunciado produzido por outro locutor, que denominaremos L2, representado pela voz da avó. Depreendemos a presença de mais de uma voz no enunciado por meio da identificação de paradigmas do 'Eu' e do 'Tu' e também pela frase introdutora com verbo *dicendi*, que introduz a fala do outro por meio do discurso relatado na forma de discurso indireto, isto é, a alteridade presentificada é o discurso da avó: “[...] minha avó (...) olhou para mim, disse nas suas palavras”.

Segundo Romualdo (2003), comentando o estudo de Riso (1978), no discurso indireto o

locutor procura apreender e transmitir o que considera como a essência da enunciação realizada por outro, adaptando as palavras deste ao contexto de sua enunciação. Acresce que

[...] a valorização do conteúdo produz o efeito de que o discurso indireto seja mais informativo e impessoal, pois essa forma de retomada deixa de lado a preocupação com o colorido da enunciação original. Antes de entrar numa construção indireta, os elementos lingüístico-afetivos passam de formas de discurso a conteúdo ou são registrados na frase introdutora como um comentário anexo ao verbo *dicendi* (ROMUALDO, 2003, p. 236).

No enunciado 1, percebemos que a polifonia se manifesta entre locutores a partir do discurso relatado. Temos, então, dois locutores: o L1, conforme classifica Ducrot, responsável pela enunciação de todo o enunciado 1 e o L2 representado pelo discurso relatado. Identificamos como sendo de L2 o conteúdo expresso a partir do verbo *dicendi* 'disse (...) que' “[...] eu ainda não compreendia, mas eles, os brancos, não iriam ter o que me ensinar, porque a cultura do branco era palavra, que a cultura do branco era mentira.”

Um dos pontos importantes a se ressaltar sobre o discurso indireto no enunciado 1 é que, ao introduzir outra voz por meio desse tipo de discurso, as vozes se misturam sobrepondo-se entre si, tornando-se difícil separar o que disse L2 do que L1 diz. Contudo, a questão que toca a proposta do trabalho é a de que o locutor L1 traz outra enunciação dentro da qual é instaurada a negação, o que faz com que a responsabilidade da negação recaia sobre L2, estratégia que se configura como um modo deste eximir-se da responsabilidade da negação presente em: “[...] eles, os brancos, não iriam ter o que me ensinar”.

Considerando o contexto em que o enunciado negativo foi construído, podemos dizer que ele traz a seguinte informação: segundo L2, representado como a voz da avó indígena, o conhecimento do branco não é importante para os povos indígenas porque não há o que o branco ensinar para os índios. Desse modo, podemos dizer que, no enunciado 1, o tipo de negação instaura a polêmica entre duas vozes, isto é, uma voz que diz que o conhecimento construído na universidade é importante e que o indígena precisa ter acesso e outra voz que nega esse conhecimento e, ao negá-lo, nega os elementos pressupostos no próprio tema da redação do vestibular indígena em questão, a saber: o pressuposto 1, há um conhecimento produzido na universidade; pressuposto 2, esse conhecimento é importante para os povos indígenas.

A partir da relação explicitada, podemos dizer que também há polifonia de enunciadores no enunciado 1, isto é, podemos apreender duas perspectivas enunciativas contrárias – uma ligada a um ponto de vista presente no enunciado afirmativo e outra que refuta tal ponto de vista, apresentando um ponto de vista contrário por meio da negação, que se configura como refutação da afirmação:

E1: há um conhecimento construído na universidade que é importante para as sociedades indígenas.

E2: o conhecimento construído na universidade não é importante para as sociedades indígenas.

Em E1, o pressuposto é do locutor representado na pergunta do tema da redação que aparece como interlocutor direto do locutor-indígena-candidato. Em E2, o pressuposto é do locutor L2 representado pela voz da avó indígena em forma de discurso relatado.

Na relação instaurada entre as perspectivas enunciativas apresentadas acima, percebemos que o locutor L1, responsável pela enunciação do enunciado

[...] ainda hoje recordo da minha avó, tão velha e sábia, que chorando olhou para mim e disse nas suas palavras que eu ainda não compreendia, mas eles, os brancos, não iriam ter o que me ensinar, porque a cultura do branco era palavra, que a cultura do branco era mentira,

a retomada da voz da avó pelo Locutor L1 é uma forma de negar o pressuposto do tema da redação (representado por E1). Dessa forma, a voz da avó faz que o Locutor L1 assuma uma posição estratégica diante da pergunta tema proposta na prova de redação. Esta afirmação se fundamenta a partir: primeiro, do contexto no qual o L1 locutor-indígena-candidato se insere, as políticas de inclusão na universidade, o vestibular; segundo, do modo como o L1 caracteriza L2 ‘velha’ e ‘sábia’ o que confere à voz da avó-indígena certa legitimidade/autoridade em relação ao que diz e ao fato de ele ser também indígena.

Dentro do contexto, um locutor como L1 identificar-se totalmente à perspectiva de E2 é negar que o conhecimento da universidade seja importante, logo não haveria motivo para querer entrar em uma universidade e nem fazer o vestibular; por outro lado, enquanto locutor-indígena identificar-se totalmente à perspectiva de E1 é negar a importância do conhecimento da sociedade indígena, é negar a voz da ‘velha’ e ‘sábia’ avó.

Ao caracterizar L2 como ‘velha’ e ‘sábia’, podemos perceber que L1 confere importância à voz da avó, isto é, não é qualquer discurso que ele introduz no enunciado que é responsável, mas é o discurso de uma ‘velha’ e ‘sábia’, designações que na

sociedade indígena são sinônimas, ou seja, ser velho é ser sábio. Portanto, a leitura que fazemos é a de que o locutor L1 organiza seu enunciado de modo que ‘a importância do conhecimento’ tanto das sociedades indígenas como da sociedade ocidental seja relativizado, ou melhor, questionado e polemizado.

Enunciado 2:

O índio ‘não’ se forma mais fácil, ele tem o acesso a uma faculdade mais fácil, mas os estudos as prova é igual aos outros alunos.

Como vimos, na análise do enunciado 1, a polifonia pode se configurar como estratégia do locutor para não assumir explicitamente ou totalmente determinado ponto de vista. Construindo-se, assim, a negação no interior da fala de outro locutor. Mas há locutores que se utilizam da negação de forma um pouco mais explícita marcando sua posição a favor de pelo menos uma das perspectivas enunciativas instauradas no enunciado. Este é o caso que ocorre no enunciado 2 cuja análise apresentamos, a seguir.

Podemos perceber que no enunciado 2 retoma-se o contexto da inclusão dos povos indígenas, mas, pensada sob a ótica do modo de permanência dos estudantes nas universidades. Precisamente, o enunciado polemiza o modo como eles se formam, ou melhor, um dos modos que se diz que eles se formam.

Sobre o enunciado, não podemos confirmar empiricamente que houve a enunciação do enunciado afirmativo ‘o índio se forma mais fácil’, mas diremos que a negação pode ter sido construída a partir de pressupostos que circulam em nossa sociedade sobre a questão da inclusão dos povos indígenas. E a partir do enunciado negativo podemos identificar o seu afirmativo correspondente. Temos então L1 como o responsável por todo o enunciado 2, isto é, responsável pelo enunciado negativo:

L1: O índio ‘não’ se forma mais fácil.

Neste enunciado negativo, percebemos a presença da polifonia por meio da identificação de duas perspectivas enunciativas distintas atuando, isto é, temos um caso de polifonia de enunciadores: uma perspectiva afirmativa representada por E1 e outra perspectiva negativa representada por E2. A relação polêmica está em E2 negar E1.

E1: o índio se forma mais fácil.

E2: o índio não se forma mais fácil.

O enunciado afirmativo, representado por E1, traz a afirmação de que o índio se forma mais fácil. Podemos dizer que esse enunciado assenta-se no fato

de existir um vestibular específico para indígenas ou que as condições dos estudantes indígenas na universidade seriam diferenciadas em relação aos outros estudantes. Já o enunciado E2 refuta tal afirmação negando-a. No entanto, a negação não recai sobre a existência ou não de índios na universidade ou de que eles não se formam, mas a negação recai sobre a afirmação de que o índio se forma com mais facilidade. O locutor poderia dizer que o índio não se forma mais fácil porque não há índio na Universidade ou que o índio não se forma mais fácil porque o índio não se forma, ou seja, há índio na universidade, mas ele não consegue se formar.

a) O índio não se forma mais fácil porque não há índio na universidade.

b) O índio não se forma mais fácil porque o índio não se forma.

Retornemos ao enunciado 2, objeto real de nossa análise, podemos dizer que a negação não incide sobre todos os elementos que compõem o enunciado afirmativo. A divergência entre os dois enunciados é instaurada sobre o modo como o locutor do enunciado afirmativo diz que o índio se forma ('de modo mais fácil').

Em relação ao modo que se diz que o índio se forma presente no enunciado afirmativo, observamos que, tomando ele isoladamente, poderíamos dizer que: a) o índio se forma mais fácil porque é mais inteligente que os estudantes não índios; b) o índio se forma mais fácil porque a universidade facilita seu estudo, ele tem privilégios que os estudantes não índios não têm, seu estudo é diferenciado.

Dessa forma, se tomarmos o enunciado negativo dentro do seu contexto de produção, poderemos identificar um terceiro elemento que acreditamos ser o lugar no qual a relação polêmica está funcionando.

Enunciado afirmativo (E1): O índio se forma mais fácil.

Em seu desdobramento em enunciados menores, teríamos:

1: há índio na universidade.

2: o índio se forma.

3: na universidade, o estudo do índio é diferente do estudo do não índio.

Para explicitarmos a polêmica instaurada entre E1 e E2 recorreremos também ao encadeamento do enunciado negativo, pois é nele que encontraremos as marcas que denunciam que L1 nega 3 acima (no desdobramento de E1). No encadeamento 'ele tem o acesso a uma faculdade mais fácil', há uma retificação que incide sobre 'mais fácil', o locutor L1 faz uma retificação do que para ele seja 'mais fácil' no processo de inclusão do indígena. Para ele é o

acesso à universidade que é mais fácil, porque há um vestibular específico em que somente os índios podem participar. Esta retificação tende a anular a veracidade da afirmação 'se forma mais fácil'. Através do encadeamento 'os estudos as prova é igual aos outro alunos' percebemos que a negação 'o índio não se forma mais fácil' refuta o conteúdo de 3, ou seja, ao dizer que o estudo e as provas do índio e dos brancos são iguais, refuta-se a afirmação da diferença entre o estudo do índio e o do não índio na universidade. Dessa forma, o enunciado negativo traz os seguintes desdobramentos:

Enunciado negativo (E2): O índio não se forma mais fácil

1: há índio na universidade.

2: o índio se forma.

3: na universidade, o estudo do índio é igual ao estudo do não índio.

Retornando ao ponto inicial, no enunciado 2, a negação se marca em apenas um constituinte do enunciado afirmativo. Assim, a polêmica reside no fato de E2 trazer a negação dos pressupostos de E1 na construção de um novo e a seguir negá-los.

Considerações finais

A polifonia nos dois enunciados analisados ocorreu de formas diferentes, embora tenhamos partido da mesma categoria de análise – a negação. No primeiro enunciado, houve polifonia de locutores e de enunciadores e a negação caracterizou-se como estratégia do locutor para negar o pressuposto do tema da redação. Para tanto, utilizou como estratégia a retomada da voz da avó, em seu dizer. A partir dessa retomada, o locutor problematiza, questiona a importância do conhecimento utilizando-se da voz de outro locutor – a avó.

Essa forma de atuação do locutor, caracterizada como uma posição estratégica, pode ser considerada como uma forma de resistência do locutor diante do pressuposto da pergunta-tema da prova do vestibular específico. Mesmo que sua posição tenha sido explicitada por meio da voz da avó, tal estratégia faz que 'a importância do conhecimento' tanto das sociedades indígenas como da sociedade não índia seja relativizado, questionado e polemizado.

No segundo enunciado analisado, E2 nega o conteúdo de E1, marcando assim, sua posição contrária à posição de E1. No entanto, a negação não incide sobre todo o conteúdo do enunciado afirmativo, mas sobre parte dele, ou seja, sobre a afirmação de que o estudante indígena se forma mais fácil. A negação incidiu também sobre elementos identificados no contexto das políticas de inclusão, especificamente ao modo como o índio se forma.

Referências

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica e tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AS MINORIAS E O DIREITO, Brasília, 2001. (Série Caderno do CEJ, n. 24, p. 85-123).
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**. Campinas: Pontes, 1987.
- KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky, revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 2. ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- MARTINS, C. M. **Heterogeneidade e polifonia nos labirintos do Role Playing Game**. São Paulo: USP, 2006. p. 522-531.
- OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2, cap. 1, p. 17-45.
- RODRIGUES, I. C.; WAWZYNIAK, J. V. **Inclusão e permanência de estudantes indígenas no ensino superior público do Paraná – Reflexões**. Disponível em: <<http://www.acoesafirmativas.ufscar.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2007.
- ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo**. Maringá: Eduem, 2000.
- ROMUALDO, E. C. O discurso relatado em depoimentos da justiça: formas e funções. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 25, n. 2, p. 233-240, 2003.
- UEM-Universidade Estadual de Maringá. **IV Vestibular do Povos Indígenas do Paraná**. Maringá: Comissão Universidade para Índio/Comissão Central do Vestibular Unificado, 2005.

Received on February 27, 2012.

Accepted on April 16, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.